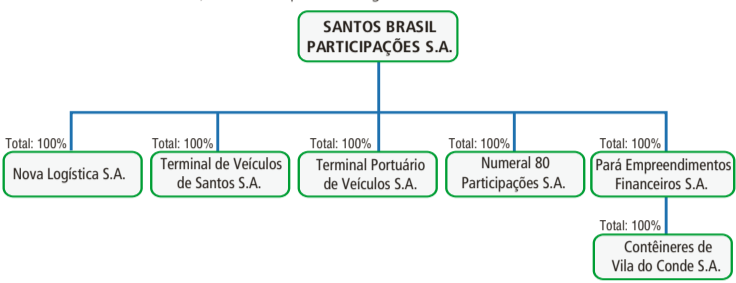


Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
De acordo com a aprovação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil Corporativo

Referência em operação portuária e de logística, a Santos Brasil é uma empresa brasileira que colabora ativamente para o desenvolvimento do País, com investimentos constantes destinados à modernização da infraestrutura portuária.
Líder nacional na movimentação portuária de contêineres, a Santos Brasil está presente em três portos brasileiros e é capaz de atender a todas as etapas da cadeia logística fora dos limites portuários. A Companhia possui sede localizada na cidade de São Paulo, conta com uma infraestrutura formada por três terminais de contêineres (Tecon Santos/SP, Tecon Imbituba/SC e Tecon Vila do Conde/PA); um terminal de exportação e importação de veículos (TEV), localizado no Porto de Santos; e unidades de logística portuária integrada em Santos (SP), Guarujá (SP), São Bernardo do Campo (SP), Jaguaré (SP) e Imbituba (SC). Em relação à estrutura societária de suas subsidiárias, a Companhia não participou de fusões, aquisições ou cisões no decorrer de 2013 e, atualmente possui os seguintes investimentos em sociedades controladas.



Participação - %	2013	2012
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100	100
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100	100
Numeral 80 Participações S.A.	100	100
Nova Logística S.A.	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	100	100

Os quadros abaixo representam a variação dos investimentos ocorrida ao longo do ano.

(R\$ milhões)	2013	2012	Varição
Controladas diretas:			
Terminal Portuário de Veículos S.A.	-	-	-
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	15,5	24,3	(8,8)
Terminal de Veículos de Santos S.A.	236,6	235,4	1,2
Numeral 80 Participações S.A.	0,2	0,1	0,1
Nova Logística S.A.	153,7	159,0	(5,3)
Total	406,0	418,8	(12,8)
Controlada indireta:			
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	15,4	24,2	(8,8)

(R\$ milhões)	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital	Dividendos	Outros	Total
Controladas diretas:					
Terminal Portuário de Veículos S.A.	-	-	-	-	-
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	(10,4)	1,5	-	0,1	(8,8)
Terminal de Veículos de Santos S.A.	21,7	-	(20,5)	-	1,2
Numeral 80 Participações S.A.	(0,1)	0,2	-	-	0,1
Nova Logística S.A.	21,8	-	(27,5)	0,4	(5,3)
Total	33,0	1,7	(48,0)	0,5	(12,8)
Controlada indireta:					
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	(10,4)	1,5	-	0,1	(8,8)

A Para Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. Listada desde 2006 no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBVESPA, a Santos Brasil adota um modelo de crescimento contínuo e sustentável, que alia disciplina e alto desempenho financeiro e operacional com preservação ambiental e responsabilidade social.

De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) a corrente de comércio, que representa a soma das importações e das exportações de 2013, foi 3,4% superior à de 2012, encerrando o ano com US\$ 481,8 bilhões. O resultado registrado é o segundo maior resultado anual da série histórica do País e foi proporcionado pelo crescimento nas importações.

Em 2013, o crescimento de 2,815 que recebe a importância de ser o novo marco regulatório do setor portuário brasileiro. A nova lei promete modernizar o setor, destravando investimentos e estabelecendo regras claras de funcionamento, administração e concorrência. Após esta lei, a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) emitiu duas novas resoluções onde regulamenta as novas concessões e o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão. Esta lei garante ainda a isonomia na competição, além de prometer uma linha de crédito oferecida pelo BNDES para financiamento de empreendimentos portuários. O novo ambiente regulatório cria duas oportunidades para a Companhia, pois: (i) além de permitir e explicitar que contratos de concessão que possuem cláusula de prorrogação que ainda não foram exercidas podem vir a ser a prorrogação antecipada através de investimentos; (ii) extinguiu a distinção de carga própria e de terceiros, criando a possibilidade da Companhia investir em outros terminais de contêineres fora dos portos públicos.

O ano de 2013 ficou marcado ainda pelo início da operação de dois novos terminais de contêineres no Porto de Santos, acontecimento muito esperado, uma vez que a taxa de utilização do porto se apresentava próxima do limite. Essa capacidade adicional não representa apenas uma disputa pelo atual volume operado, mas também proporciona a atração de uma demanda reprimida pelo Porto de Santos como, por exemplo, as cargas de transbordo.

De acordo com relatórios da CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) o Tecon Santos atingiu o índice de 52% de market share no Porto de Santos que por sua vez apresentou 8,8% de crescimento no número de TEUs operados em todos seus terminais.

Através do fim de medidas econômicas adotadas, principalmente no fluxo de comércio com a Argentina e México, que influenciaram as exportações e as importações de veículos no Porto de Santos em 2012, o comércio de veículos no Porto de Santos cresceu 11,5% em 2013.

Tendo encerrado um ciclo de investimentos que se refletiu em indicadores de excelência, a Santos Brasil começa 2014 com a missão de se aprimorar em todos os sentidos para atender cada vez mais aos seus objetivos sociais e aos interesses de seus acionistas.

Sem perder o foco na qualidade da operação e na manutenção de seus valores, concentrará os esforços de 2014 na área comercial para enfrentar um cenário mais competitivo. No Tecon Santos, para enfrentar a concorrência mais acirrada, a área Comercial da Companhia buscará novos contratos de longo prazo com clientes que já operem no terminal.

A Companhia alimenta esforços para fomentar a movimentação do seu terminal em Imbituba. A operação regular, segura e eficiente do Tecon Imbituba e o diferencial em oferecer soluções portuárias e logísticas integradas, desenhadas de acordo com a particularidade de cada cliente, ajudaram no incremento do negócio em Santa Catarina. Somando a essa conquista de confiabilidade, a Empresa se empenhará para aumentar o número de linhas de navegação que escalam o terminal, bem como a carteira de clientes, entre eles os importadores/exportadores dos polos produtivos do norte do Rio Grande do Sul.

Em Vila do Conde, a perspectiva de crescimento está direcionada à cabotagem aproveitando a capilaridade hidroviária da região, ampliando o transporte em barcas, e a intermodalidade, com as mesmas mercadorias sendo transportadas através dos modos hidroviário, rodoviário e ferroviário. O pleno aproveitamento do potencial hídrico também deverá trazer impactos socioambientais positivos para a região.

A Santos Brasil procura gerar valor aos seus acionistas e à sociedade sempre através de uma postura ética e transparente na condução de seus negócios, incentivando e implementando iniciativas voltadas às boas práticas de preservação ambiental e à educação profissional de jovens das comunidades onde atua.

Desempenho Operacional

INDICADORES OPERACIONAIS	2013	2012	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Operações de cais	1.171.726	1.138.573	2,9%
Contêineres Cheios	873.261	862.787	1,2%
Contêineres Vazios	298.465	275.786	8,2%
Operações de armazenagem	183.811	175.557	4,7%
LOGÍSTICA			
Operações de armazenagem	88.817	76.608	15,9%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Veículos movimentados	256.904	195.741	31,2%

A expansão do consumo e da renda, aliado às vantagens logísticas do contêiner como meio de transporte inclusive para commodities agrícolas, impulsionou o fluxo de cargas contêinerizadas pelo maior porto brasileiro (Santos), onde a Companhia possui presença marcante através da operação do Tecon Santos, o maior terminal de contêineres do Brasil.

O crescimento de 8,8% do Porto de Santos observado em 2013 denota a alta elasticidade do transporte de contêineres frente ao crescimento econômico brasileiro, bem como a demanda reprimida pela limitação de capacidade instalada neste porto. Graças ao aumento de capacidade, impulsionado pelos novos terminais que iniciaram suas operações no Porto de Santos ao longo do ano, esta demanda começou a ser atendida em Santos.

O aumento de capacidade ocorrido em 2013 proporcionou a atração de contêineres de transbordo que, no passado, devido à capacidade instalada insuficiente do Porto de Santos, foram levadas para outros portos. Desta forma, a Companhia obteve crescimento de 2,9% em 2013, superando pelo terceiro ano consecutivo o marca de 1.000.000 de contêineres movimentados.

O aumento da carga de transbordo operada pelo Tecon Santos, bem como o aumento da competição enfrentada no Porto de Santos no segundo semestre de 2013, fez com que o volume de contêineres armazenados nos terminais portuários apresentasse crescimento de apenas 4,7% no ano quando comparado a 2012.

O mix de contêineres cheio-vazio registrado em 2013 apresentou ligeira redução para 74,5% de contêineres cheios (75,8% em 2012).

A Santos Brasil Logística apresentou ótima performance ao longo de 2013, ano em que suas operações de armazenagem alfandegada registraram robusto crescimento de 15,9% em relação a 2012. Além do excelente resultado operacional apresentado pelos CLIA's (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro), a Companhia obteve crescimento nos serviços de logística integrada através dos Centros de Distribuição de São Bernardo do Campo e Jaguaré, serviços que abrangem desde o recebimento de cargas pelos terminais portuários, passando pelos CLIA's, Centros de Distribuição até o transporte rodoviário de contêineres e de mercadorias.

O Terminal de Veículos apresentou recuperação frente ao número de veículos movimentados em 2012 e atingindo **recorde operacional** com movimentação de **256.904 veículos (crescimento de 31,2%)**. Em 2012, o desempenho desta unidade de negócios havia sido impactado por medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo brasileiro com relação ao comércio exterior do setor automotivo.

Resultados Econômico-Financeiros

Os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos.

Recarga Bruta dos Serviços	2013	2012	Var. %
(R\$ milhões)			
TERMINAIS PORTUÁRIOS	1.246,9	1.128,7	10,5%
Operações de cais	767,7	653,3	17,5%
Operações de armazenagem	479,2	475,4	0,8%
LOGÍSTICA	288,3	251,8	14,5%
TERMINAL DE VEÍCULOS	77,8	91,3	(14,8%)
Eliminações	(12,1)	(0,1)	-
Consolidado	1.600,9	1.471,7	8,8%

O crescimento da receita bruta observado no segmento de Terminais Portuários supera a evolução da movimentação de volume nos terminais, principalmente nos serviços de operações de cais. Tal acontecimento deriva da reversão parcial de uma provisão feita pela Companhia referente ao processo sobre o serviço de segregação, entrega e faturamento de TRAs (Terminais Retroportuários Alfandegados), conforme exposto na

nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras da Companhia. A receita consolidada gerada com a reversão parcial da provisão foi de R\$ 55,6 milhões e, excluindo este efeito a receita bruta de operações de cais apresentou elevação de 5,0% em relação a 2012, acima da variação de volume apresentada.

A receita com operações de armazenagem no segmento de Terminais Portuários cresceu **0,8%** no período, abaixo da variação do volume de contêineres armazenados. Esta diferença deve-se ao menor tempo médio de armazenagem observado que passou de 15,6 dias em 2012 para 14,3 em 2013.

No segmento de **Logística**, a receita bruta da Companhia apresentou crescimento de **14,5%**, pouco abaixo da variação registrada no número de contêineres armazenados.

O **Terminal de Veículos - TEV**, localizado no Porto de Santos, apresentou queda de 14,8% no faturamento de 2013. Essa redução da receita destoa da variação observada no número de veículos movimentados e é explicada pelo menor tempo de armazenagem observado de 9,5 dias em 2013 contra 12,6 dias em 2012.

Recarga Bruta dos Serviços
A receita líquida consolidada somou **R\$ 1.377,4 milhões** em 2013, apresentando crescimento de **6,5%**, frente aos R\$ 1.293,2 milhões registrados em 2012.

(R\$ milhões)	2013	2012	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Custos com Movimentação	164,4	145,6	12,9%
Custos com Pessoal	182,1	160,8	13,2%
Arrendamento e Infraestrutura	58,7	54,5	7,7%
Depreciação e Amortização	97,9	92,8	5,5%
Outros Custos	89,7	63,1	42,2%
Total	592,8	516,8	14,7%
LOGÍSTICA			
Combustíveis e Fretes	65,5	50,3	30,2%
Custos com Pessoal	62,8	52,9	18,7%
Depreciação e Amortização	11,7	7,8	50,0%
Outros Custos	44,0	33,7	30,6%
Total	184,0	144,7	27,2%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Custos com Movimentação	18,7	13,5	38,5%
Arrendamento e Infraestrutura	4,0	3,7	8,1%
Depreciação e Amortização	9,0	9,1	(1,1%)
Outros Custos	4,9	3,1	58,1%
Total	36,6	29,4	24,5%
Eliminações	(10,9)	-	-
Consolidado	802,5	690,9	16,2%

Assim como ocorreu na receita, a reversão parcial da provisão dos TRAs gerou eliminação de R\$ 3,1 milhões no trimestre que responde pelo pagamento dos serviços de entrega imediata prestados pelo Tecon à Santos Brasil Logística.

TERMINAIS PORTUÁRIOS
Custos com Movimentação (mão de obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis): o crescimento de 12,9% em relação a 2012 resulta: (i) do reajuste dos preços pagos pela mão de obra avulsa; (ii) da inflação do período; (iii) da evolução da movimentação de contêineres nas operações de cais; e (iv) o crescimento dos custos com fretes para atender o serviço de remoção de contêineres de clientes de importação da Companhia que desembarcaram em outro terminal no Porto de Santos.

Custos com Pessoal: apresentaram aumento de 13,2% devido principalmente: (i) ao aumento do quadro de funcionários; e (ii) do reajuste salarial concedido aos funcionários conforme negociações sindicais.

Arrendamento e Infraestrutura: o crescimento de 7,7% observado no ano reflete, basicamente, a inflação do período medida pelo IGP-M.

Outros Custos: os outros custos registraram elevação de 42,2% em 2013 destacando-se: o aumento de R\$ 8,0 milhões de custo com manutenção; R\$ 5,7 milhões de aumento em custo com serviços gerais; R\$ 2,5 milhões de aumento em gastos com locação de máquinas e equipamentos operacionais, e incremento de R\$3,9 milhões nos gastos com seguros e avarias.

LOGÍSTICA
Combustíveis e Fretes: evoluíram em 30,2% em 2013 frente a 2012, devido principalmente: (i) ao aumento da prestação de serviços de transporte e distribuição; e (ii) o crescimento dos custos com fretes para atender o serviço de remoção de contêineres de clientes de importação da Companhia que desembarcaram em outro terminal.

Custos com Pessoal: registrou crescimento de 18,7% em 2013, resultando do aumento no quadro de funcionários (Centro de Distribuição e Transporte Rodoviário) e do reajuste de salários conforme acordo coletivo da categoria.

Depreciação e Amortização: registraram aumento de 50,0% devido aos investimentos em novos equipamentos adquiridos para atender o crescimento da demanda.

Outros Custos: apresentaram elevação de 30,6% devido principalmente a gastos com manutenção operacional.

TERMINAL DE VEÍCULOS
Os custos apresentaram crescimento de 24,5% em 2013, impulsionado principalmente pelos custos variáveis devido ao expressivo crescimento de 31,2% no número de veículos movimentados.

(R\$ milhões)	2013	2012	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	32,7	27,3	19,8%
Gerais, Administrativas e Outras	41,9	43,0	(2,6%)
Depreciação e Amortização	0,6	0,7	(14,3%)
Total	75,2	71,0	5,9%
LOGÍSTICA			
Vendas	15,5	11,7	32,5%
Gerais, Administrativas e Outras	11,8	15,3	(22,9%)
Depreciação e Amortização	0,3	0,3	0,0%
Total	27,6	27,3	1,1%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Vendas	0,4	0,3	33,3%
Gerais, Administrativas e Outras	0,5	0,2	150,0%
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-
Total	0,9	0,5	80,0%
INSTITUCIONAL			
Gerais e Administrativas	62,5	62,4	0,2%
Depreciação e Amortização	16,2	16,2	0,0%
Total	78,7	78,6	0,1%
Consolidado	182,4	177,4	2,8%

No segmento de **Terminais Portuários**, o aumento da competição em Santos, bem como a realocação de parte da equipe de vendas do segmento de logística em Terminais Portuários no primeiro trimestre de 2013, proporcionaram o aumento da despesa com vendas.

No caso das despesas gerais, a redução observada reflete o início da busca por uma gestão mais eficiente dos recursos da Companhia que, a partir desse ano, passou a enfrentar maior concorrência no terminal que opera em Santos.

Na **Logística**, apesar do crescimento nas operações, foi possível manter despesas operacionais em patamares similares ao de 2012. O crescimento observado nas despesas com vendas dado ao maior esforço comercial e aumento do volume operado foi compensado pela administração eficiente das despesas gerais e administrativas do período.

As despesas totais no **Segmento Institucional** mantiveram-se praticamente estáveis com relação a 2012.

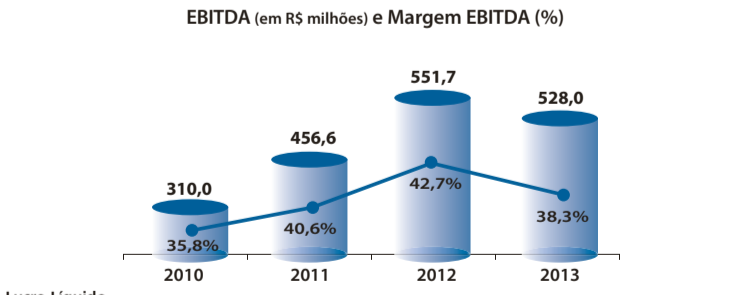
(R\$ milhões)	2013	Margem	2012	Margem	Var. %	Var. % Margem
Terminais Portuários	504,9	47,0%	504,4	50,5%	0,1%	-3,5 p.p.
Logística	46,7	19,0%	51,3	23,9%	(9,0%)	-4,9 p.p.
Terminal de Veículos	38,9	57,7%	58,4	73,6%	(33,4%)	-15,9 p.p.
Institucional	(62,5)	-	(62,4)	-	0,2%	-
Consolidado	528,0	38,3%	551,7	42,7%	(4,3%)	-4,4 p.p.

O **EBITDA Consolidado** de 2013 apresentou ligeira redução de 4,3% em relação ao registrado em 2012. É válido ressaltar que a receita gerada pela reversão parcial da provisão referente ao processo de segregação, entrega e faturamento dos TRAs gerou aproximadamente R\$ 53,1 milhões de EBITDA. Os custos gerados com as operações de entrega imediata foram contabilizados nos meses em que ocorreram de fato. Se junto ao resultado proveniente da reversão da provisão forem desconsideradas as provisões para contingências trabalhistas e tributárias no valor de R\$ 12,1 milhões, o EBITDA consolidado da empresa resultaria em R\$ 487,3 milhões em 2013, com margem de 36,7%. A queda de 4,4 p.p. na margem EBITDA decorre: (i) do crescimento das operações de transbordo; (ii) do menor dwell time das operações de armazenagem alfandegada realizadas nos terminais portuários; (iii) dos custos gerados pelo desembarque de contêineres que tinham como destino original o Tecon Santos em outros terminais portuários; e, (iv) da forte base comparativa observada em Terminais Portuários no ano de 2012.

O EBITDA reportado pelo segmento de **Terminais Portuários** manteve-se praticamente estável, porém foi observada redução de 3,5 p.p. na margem em razão: (i) do aumento no volume de transbordo movimentado nas operações portuárias; (ii) do menor tempo médio de permanência dos contêineres armazenados nas operações portuárias.

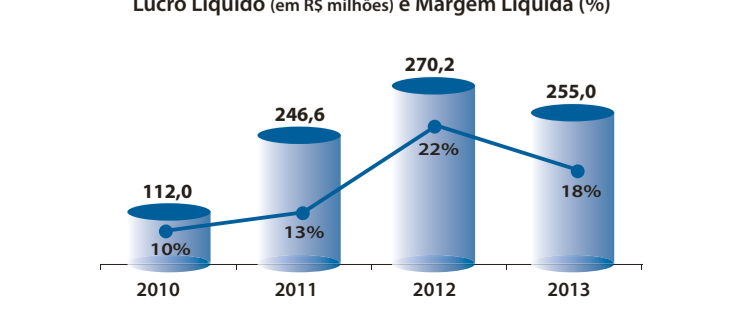
O **EBITDA da Santos Brasil Logística** foi influenciado pelo custo gerado com a remoção de contêineres em outros terminais portuários e apresentou queda de 9,0% e margem de 19,0%.

Apesar do robusto crescimento observado em seu volume operacional, o Terminal de Veículos apresentou redução de 33,4% no **EBITDA** de 2013. Esse resultado foi influenciado pelo menor tempo de permanência dos veículos no pátio em 2013.



Lucro Líquido	2013	2012	Var. %
(R\$ milhões)			
EBITDA	528,0	551,7	(4,3%)
Depreciação e Amortização	135,7	126,8	7,0%
EBIT	392,4	424,9	(7,6%)
Resultado Financeiro	(28,6)	(43,7)	(34,6%)
IRPJ/CSLL	(108,8)	(111,0)	(2,0%)
Minoritários	-	-	-
Lucro Líquido	255,0	270,2	(5,6%)

O resultado operacional foi influenciado pelo incremento da receita em função da reversão parcial do processo sobre segregação, entrega e cobrança dos TRAs. Além do impacto previamente mencionado, o Lucro Líquido também foi beneficiado por resultado financeiro mais favorável observado em 2013.



De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício incidirão as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;

(b) montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;

(c) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;

(d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e

(e) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei 6.404/76; e (ii) reserva de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2013	31/12/2012	Var. %
Curto Prazo				
Nacional	114,0	116,3	(2,0%)	
Estrangeira	33,8	49,2	(31,3%)	
Longo Prazo				
Nacional	121,5	205,4	(40,8%)	
Estrangeira	52,4	62,2	(15,8%)	
Endividamento Total		321,7	433,1	(25,7%)
Disponibilidades		123,0	136,4	(9,8%)
Dívida Líquida		198,7	296,7	(33,0%)

Em 2013 a Companhia encerrou o ano com R\$ 123,0 milhões em disponibilidades, resultando em R\$ 198,7 milhões de dívida líquida atingindo o índice de 0,4x Dívida Líquida/EBITDA. O endividamento total consolidado registrado em 31 de dezembro de 20



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Privada
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

Relatório da Administração

DIREITOS DOS ACIONISTAS

No compromisso com as melhores práticas de governança, a Companhia garante tag-along de 100% para as ações preferenciais em caso de alienação e/ou mudança de controle, acima dos requisitos estabelecidos pelas Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa.

As ações da Companhia são negociadas na Bovespa na forma de *Units*, sendo cada *unit* composta por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Os direitos dos acionistas estão previstos nos Artigos 5º, 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, conforme a seguir:

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.071.077.315,22 (um bilhão, setenta e um milhões, setenta e sete mil, trezentos e quinze reais e vinte e dois centavos), dividido em 454.629.482 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e nove mil, quatrocentos e oitenta e duas) ações ordinárias e 211.457.072 (duzentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setenta e duas) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, com exceção do previsto no Parágrafo Único, sem que-lhes sejam asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

Parágrafo 3º - As ações são mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares em instituição credenciada, a ser designada pelo Conselho de Administração para prestar esse serviço.

Artigo 7º - As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, com exceção do previsto no Parágrafo Único, sem que-lhes sejam asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

Parágrafo 1º - A Companhia não poderá emitir novas *Units* em nome de seus titulares em instituição credenciada, a ser designada pelo Conselho de Administração para prestar esse serviço.

Parágrafo 2º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e mil) ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 4º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 5º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 6º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 7º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 8º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 9º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e mil) ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 10º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 11º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 12º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 13º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 14º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 15º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 16º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 17º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 18º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 19º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 20º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 21º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 22º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 23º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 24º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 25º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 26º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 27º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 28º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 29º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 30º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 31º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 32º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 33º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 34º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 35º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 36º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 37º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 38º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 39º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 40º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 41º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 42º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 43º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 44º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 45º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 46º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 47º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 48º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 49º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 50º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 51º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 52º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 53º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 54º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 55º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 56º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 57º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 58º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 59º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 60º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 61º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 62º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 63º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 64º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 65º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 66º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 67º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 68º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 69º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 70º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 71º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 72º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 73º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 74º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 75º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 76º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 77º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 78º - A Companhia está autorizada a emitir ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos valores mobiliários.

Parágrafo 79º - A Companhia pode outorgar, nos termos deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral, o direito de compra de ações representativas do seu capital social a seus administradores e empregados.

Parágrafo 80º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência à emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 2013, a Santos Brasil finalizou o ano com 3.867 colaboradores.

	2013	2012	
Número de colaboradores	3.867	3.628	
Turnover	12,00%	7,90%	
Localização geográfica	São Paulo	92,05%	
	Pará	5,30%	
	Santa Catarina	2,65%	
Investimento em treinamento R\$ milhões	0,03%	0,03%	
	R\$2,27	R\$2,00	
Fundos de seguridade	Previdência Privada	Previdência Privada	
Outros planos sociais	NA	NA	
	Sem escolaridade	1	1
Nível educacional	E. Fundamental Completo	171	274
	E. Fundamental Incompleto	166	59
	E. Médio Completo	2.617	2.375
	E. Médio Incompleto	112	140
	Técnico Completo	154	155
	Técnico Incompleto	20	46
Superior Completo	405	384	
	Superior Incompleto	154	138
	Pós Graduação	50	55
	Mestrado	4	4

Sustentabilidade

Muito foi feito em 2013 na área de sustentabilidade da Santos Brasil. A empresa investiu na estruturação das equipes, reformulação do sistema de gestão e promoveu investimentos em iniciativas que representam as melhores práticas ambientais disponíveis.

Os trabalhos da Academia de Sustentabilidade iniciados em 2012, que tem como objetivo alinhar os conceitos de desenvolvimento sustentável e sua aplicabilidade na Companhia, promoveu o encontro de lideranças de diversas áreas da empresa para a discussão de oportunidades de melhorias, promovendo a disseminação de boas práticas nas unidades operacionais.

Desde 2008 a Santos Brasil Participações S.A. integra a Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) e Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor (ISCV) da Fundação Getúlio Vargas, gerenciando todos os encontros, discussões e atividades das Iniciativas Empresariais e do Programa Brasileiro Integrado. A Companhia manteve em 2013 o monitoramento das emissões de GEE, dando continuidade ao "Projeto CarboNA" por meio da elaboração do inventário de emissão de GEE do Tecon Santos e nas unidades da Nova Logística S/A, o que representa uma redução de 98% na emissão de enxofre.

Em 2013 foi implantado na unidade Tecon Santos o projeto de substituição de lâmpadas fluorescentes e vapores metálicos por lâmpadas LED (*Light Emitting Diode*) dos gates de entrada e prédios administrativos. Foram trocadas 550 lâmpadas o que representa uma economia de energia de 70% em relação à outras lâmpadas, além da redução de 64,3% das emissões de CO₂ associadas.

A Companhia também desenvolve e apoia projetos de inclusão social com foco em educação e promoção da cidadania. Por meio da Escola Santos Brasil Formare, uma iniciativa desenvolvida desde 2009 em parceria com a Fundação Iochpe, a empresa oferece cursos profissionalizantes para estudantes do último ano do ensino médio de escolas públicas, apoiando-os no desenvolvimento integral de suas potencialidades e na obtenção de seu primeiro emprego.

A partir deste posicionamento, a Companhia ainda desenvolve ações de voluntariado entre seus funcionários e promove iniciativas locais de desenvolvimento comunitário.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Passivos e patrimônio líquido Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	15	132.269	124.611	147.847	131.876
Debêntures	16	59.981	33.671	78.928	57.160
Fornecedores		39.487	35.841	51.591	46.387
Salários e obrigações sociais		16.198	17.600	22.110	24.472
Impostos, taxas e contribuições					
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		60.054	64.569	60.054	64.569
Operações com swap			57		68
Mútuo a pagar	29.b.1)	7	46.145		
Outras contas a pagar		61	59	65	64
Total dos passivos circulantes		354.195	320.726	360.595	358.267
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	15	149.300	252.318	173.847	267.600
Fornecedores		23.681		23.681	
Impostos diferidos sobre precatórios					1.305
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	107.941	130.162	117.059	135.189
Passivo fiscal diferido	26.b)	33.769	21.355	48.657	35.604
Impostos parcelados	17				4.836
Passivos atuariais - benefício pós-emprego	28	9.508	10.039	10.711	11.461
Outros passivos		18.306		22.733	3.839
Total dos passivos não circulantes		342.505	413.874	298.066	459.834
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a)	1.071.077	1.062.576	1.071.077	1.062.576
Reserva de capital	20.b)	59.210	53.281	59.210	53.281
Reserva de lucros	20.c)	283.228	224.308	283.228	224.308
Dividendo adicional proposto	20.d)	35.401	31.436	35.401	31.436
Outros resultados abrangentes	20.e)	(947)	(2.700)	(947)	(2.700)
Total do patrimônio líquido		1.447.969	1.368.901	1.447.969	1.368.901
Total dos passivos e do patrimônio líquido					



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. ("Santos-Brasil"), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998, a qual jamais exerceu qualquer atividade operacional para que viesse a funcionar como sociedade *holding*, com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A.. Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela denominação, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua controladora integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escrituras e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que estes detinham, observada a relação de uma ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As unidades são negociadas pelo ticker STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, sob observância das Práticas de Governança Corporativa e Nível 2.

Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. ("Nara Valley").

A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos ("Tecon Santos"), remanescente na Santos-Brasil apenas o caixa e o capital social de valor correspondente. Dessa forma, a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a incorporadora, uma vez que ficou definido que a incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescendo na Santos-Brasil nenhuma obrigação.

Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela incorporadora a título universal.

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") e Nova Logística S.A. ("Nova Logística"), respectivamente.

Em 20 de março de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a alteração da razão social da sua controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., que passou a ser denominada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS").

a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela obra originada do aditivo em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um berço, expansão do pátio em 30.000 m², arrendamento celebrado em julho de 2006.

b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba ("Tecon Imbituba")

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 de Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2031, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atração preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

c) Contexto operacional da controlada Nova Logística

A controlada Nova Logística tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com importação e exportação de contêineres e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAS.

d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")

Em janeiro de 2010, a controlada TVS, anteriormente denominada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

e) Existência de possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

Existe, também, o compromisso de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na licença de utilização, assumiu compromisso de lançamento no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na licença de utilização, assumiu compromisso de lançamento no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

h) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na licença de utilização, assumiu compromisso de lançamento no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Terminal de Carga Geral com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional Tecon Imbituba - Terminal de Carga Geral tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do IJSP Code e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 19.b).

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 19.b).

j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do TEV com a CODESP

A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 19.b).

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de gate e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 19.b).

k) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e a aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP para o contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 19.b).

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração da Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguel mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

2. Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

b) Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

b) Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

b) Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

b) Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

b) Base de Preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.
- As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas, incluindo as informações técnicas e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

c) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em qualquer período futuro afetado. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas estão incluídas nas notas explicativas nº 18 e nº 19.b).

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira que são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Instrumentos financeiros e de patrimônio

- Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros e suas controladas são reconhecidos inicialmente na data em que o instrumento é adquirido. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros não designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciarem tais investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo custo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são custos do mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas e precatórios, entre outros.

- Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos, que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos; debêntures; fornecedores; e outras contas a pagar.

- Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- Instrumentos de patrimônio

A compra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

d) Estoques

Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outros resultados e receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

- Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 1 a 25 anos
- Equipamentos de movimentação de carga: 5 a 23 anos
- Equipamentos de informática: 5 anos
- Máquinas, equipamentos e acessórios: 10 anos
- Instalações, móveis e utensílios: 5 anos
- Veículos: 10 anos
- Imóveis: 46 anos
- Outros itens: 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis e ágio

Ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O intangível de concessão gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

- Concessões de serviços públicos

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, TVS e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob o regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 12), em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder executivo.

- Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativo residual

Calculado sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrent



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

d) Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se da fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data da mensuração, preço de exercício do instrumento, volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), condições esperadas e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). O custo de serviço e dividendos esperados de despesa de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6. Gerenciamento do Risco Financeiro

Gestão de capital
A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferências.
A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e de vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC).
A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está apresentada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos passivos circulante e não circulante	696.700	734.600
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(107.285)	(74.642)
Dívida líquida	589.415	659.958
Total do patrimônio líquido	1.447.969	1.368.901
Relação dívida líquida sobre o capital	0,40706	0,48211

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos passivos circulante e não circulante	758.661	818.101
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(122.987)	(136.444)
Dívida líquida	635.674	681.657
Total do patrimônio líquido	1.447.969	1.368.901
Relação dívida líquida sobre o capital	0,43901	0,49796

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 29.

7. Transações com partes relacionadas

a) Contrato de mútuo - Controladora

Passivo circulante: 46.143
Terminal de Veículos de Santos S.A.
Representa o contrato firmado em 9 de agosto de 2013, remunerado à taxa de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora.

b) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2013, serviços portuários à controlada Nova Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$6.395 (R\$3.610 em 31 de dezembro de 2012), referente a 180.802 contêineres movimentados (28.253 contêineres em 31 de dezembro de 2012); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$72,72, referente a 4.791 contêineres; e (iii) outros serviços de armazenagem e monitoramento de contêineres, no montante de R\$89. A controlada Nova Logística prestou, no mesmo período, serviço de transporte de contêineres à filial operacional Tecon Santos, no montante de R\$4.863, referente a 6.317 contêineres.

c) Remuneração do pessoal-chave

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

	Controladora		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	1.841	17.823	1.841	17.111
Outros benefícios	-	518	-	462
Plano de opção de compra de ações	-	5.12	-	5.144
Total	1.841	23.853	1.841	22.717

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	1.864	19.097	1.864	19.000
Outros benefícios	-	531	-	492
Plano de opção de compra de ações	-	5.603	-	5.292
Total	1.864	25.231	1.864	24.784

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores acionistas possuem 0,01% das ações com direito a voto da Companhia.

d) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, conforme a legislação vigente, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilpre, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2013, os benefícios supramencionados representaram a aplicação de R\$37.984 (R\$30.872 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a 2,74% e 2,39% da receita operacional líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Nova Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de remuneração são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganho de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2013, estava provisionado o montante de R\$12.236 (R\$10.373 em 31 de dezembro de 2012).

e) Avals e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Carta de fiança referente ao contrato com a Cia. de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$357.
- Fiança do contrato de aluguel do Centro de Distribuição - CD, para a Nova Logística, no montante de R\$840.
- Aval da aquisição de empilhadeiras - reach stacker, para a Nova Logística, no montante de €1.300, equivalente a R\$4.194.
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Nova Logística, no montante de R\$6.402.
- Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Nova Logística, no montante de R\$4.137.
- Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Nova Logística, no montante de R\$2.333.
- Aval da aquisição de empilhadeira para contêineres vazios, para a Convicon, no montante de €178, equivalente a R\$574.
- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

f) Controladores

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas International Markets Investments C.V., Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminals S.A. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa e Natureza das Aplicações Financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e saldo em bancos	16.407	5.963	21.482	9.972
Aplicações financeiras	90.478	68.679	101.505	126.472
Total	107.285	74.642	122.987	136.444

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI		Vencimento		Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos mantidos para negociação:								
CDBs	106,00	04/09/2014	-	30.528				
Fundos de investimento	100,27	Indeterminado	90.478	38.151	90.478	38.151		
Total			90.478	68.679	90.478	68.679		
Investimentos mantidos para negociação:								
CDBs	105,00	02/06/2014	3.351	33.630				
Fundos de investimento	100,28	Indeterminado	98.154	92.842				
Total			101.505	126.472				

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2013 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo conforme previsto contratualmente, sem prejuízo da remuneração já apropriada, e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Circulante

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
No País	114.420	102.443
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.325)	(1.634)
Total	104.095	100.809

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
No País	151.732	136.964
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.797)	(2.165)
Total	139.935	134.799

Em 31 de dezembro de 2013, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$10.043, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Nova Logística, decorrente do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a vencer	48.682	54.773
Créditos em atraso até 60 dias	45.520	38.677
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.532	4.023
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	5.327	3.607
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	8.184	781
Créditos em atraso há mais de 361 dias	3.175	582
Total	114.420	102.443

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a vencer	71.048	80.076
Créditos em atraso até 60 dias	52.255	45.949
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	5.617	4.366
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	9.111	3.896
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.753	1.593
Créditos em atraso há mais de 361 dias	3.948	1.084
Total	151.732	136.964

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, os quais, no consolidado, totalizavam R\$22.812 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.573 em 31 de dezembro de 2012). Deste montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados; e incluem-se R\$5.750, que mesmo não estando vencidos há mais de 90 dias se referem aos faturamentos retroativos aos Terminais Retroportuários Afundeados - TRAs (nota explicativa nº 18.(a)), resultando, assim, no valor final consolidado de R\$11.797 (R\$2.165 em 31 de dezembro de 2012).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.

b) Não circulante

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
No País	40.625	14.236
Total	40.625	14.236

O montante classificado como não circulante refere-se aos créditos em discussão judicial relacionados aos TRAs não objetos da reversão da provisão para contingência, conforme descrito na nota explicativa nº 18.(a). Em 31 de dezembro de 2013, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$225, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Nova Logística, decorrentes do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

10. Precatórios - Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	4.053	3.839
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	3.243	3.071

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

A controlada Nova Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser estabida em dez parcelas anuais, reatando em 31 de dezembro de 2013 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de reatização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida de novo ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor do passivo não circulante foi ajustado, principalmente considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Nova Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

11. Ativo Fiscal Corrente

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.710	466
Equivalência patrimonial	14.807	14.232
Outros	14	57
Total do circulante	16.531	14.755

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
IRRF	1.839	684
IRPJ e CSLL	15.705	14.935
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	136
Outros	507	728
Total do circulante	18.187	16.483

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2013, créditos de IRRF no total de R\$1.710 (R\$466 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$15.705 (R\$14.935 em 31 de dezembro de 2012), referem-se, principalmente, à Companhia, sendo decorrentes de créditos efetuados no exercício, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício seguinte. Os créditos de PIS e COFINS referem-se à controlada Convicon, no montante de R\$136, sendo decorrentes de créditos tributários de PIS e COFINS sobre o faturamento a clientes estrangeiros que foram pagos indevidamente.

12. Investimentos - Controladora

a) Investimentos dos saldos

	31/12/2013	31/12/2012
Participações em controladas	405.988	418.846

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2011

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	283	4	17.239	142.956	227.517	387.999
Aporte de capital	(175)	81	10.300	26.758	33.949	10.381
Dividendo adicional proposto em 2011 e pago em 2012	-	-	-	(5.114)	(9.129)	(14.243)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(16.894)	(16.894)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.355)	-	(6.355)
Programa de opção de ações	-	-	21	1373	-	194
Passivo atual	-	-	(24)	158,996	(23)	401
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108	40	24.282	158.978	235.420	418.846

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2012

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108	40	24.282	158.996	235.420	418.846
Aporte de capital	200	25	34	-	-	259
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.500	-	-	1.500
Equivalência patrimonial	(119)	(26)	(10.467)	21.858	21.646	32.892
Dividendo adicional proposto em 2012 e pago em 2013	-	-	-	(11.439)	(13.577)	(26.796)
Dividendo complementar conforme AGO de 25 de março de 2013	-	-	-	(5.084)	-	(5.084)
Dividendos intermediários	-	-	-	(10.988)	-	(10.988)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.141)	(5.141)
Programa de opção de ações	-	-	23	109	-	132
Passivo atual	-	-	101	251	16	368
Saldo em 31 de dezembro de 2013	189	39	15.473	153.703	236.584	405.988

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2013

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Capital social	500	300	66.810	126.374	201.051	
Ordinárias de ações possuídas:						
Quantidade	345.100	299.999	66.809.999	115.935.256	204.269.217	
Prejuízo líquido do período	154.900	(26)	(



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

16. Debêntures

	Juros e comissões 2,20% a.a.	Atualizações CDI	Amortização Anual	Controladora e consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012
Debêntures				100.000	100.000
(-) Custos das debêntures				(1.350)	(1.350)
Valor líquido captado				98.650	98.650
Juros e custos apropriados				25.082	23.933
(-) Amortização da dívida				(123.732)	(88.912)
Total				33.671	33.671

As debêntures, até a incorporação em 15 de setembro de 2011, tinham garantia fidejussória da então controlada Santos-Brasil S.A., como devedora solidária de todas as obrigações pelo valor colocado, sendo representada pela capacidade de geração de recursos das operações da filial operacional Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

17. Impostos Parcelados - Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante	4.836	4.836
O circulante de R\$4.836, registrado no longo prazo, referia-se a processos inscritos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS da Lei nº 11.941/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010, sendo nesse mesmo mês protocolada, nos autos dos processos que deram origem aos débitos fiscais, petição de desistência dos embargos à execução, em virtude da inclusão desses débitos no REFIS. Em setembro de 2010, foi protocolada petição requerendo a determinação para conversão em renda na União Federal do valor correspondente ao pagamento à vista com o aproveitamento do depósito judicial, descrito na nota explicativa nº 18 (e), efetuado nos autos dos processos. Em maio de 2012, foi protocolada petição requerendo a expedição de Alvará de Levantamento judicial da diferença entre o valor protocolado e aquele convertido nas regras do REFIS. Em setembro de 2012, ocorreu decisão judicial que: (a) determinou a conversão parcial dos valores para quitação do débito, com os benefícios da Lei nº 11.941/09; e (b) postergou a análise do pedido de levantamento para após o procedimento de conversão, decisão esta que foi objeto de nova petição requerendo a reconsideração e de apresentação de exceção de pré-executividade. Também em setembro, houve nova decisão judicial determinando: (a) a conversão da parte de direito da Fazenda Nacional; e (b) vista dos autos à referida Fazenda para se manifestar sobre as alegações da Nova Logística, bem como esclarecer o pedido de penhora no rosto dos autos. Em novembro de 2012, a Fazenda respondeu a petição concordando com o levantamento da quantia remanescente. Em dezembro de 2012, foi expedido e protocolado na Caixa Econômica Federal o Alvará nº 34/12 para o levantamento da quantia, no valor de R\$536. Em fevereiro de 2013, o levantamento dos depósitos judiciais foi realizado e repassado aos antigos acionistas da Nova Logística.		

18. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos trabalhistas e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota.

O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Processo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	81.159	113.340
Provisão trabalhista (b)	16.401	9.914
Provisão para processo Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP	-	1.265
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (c)	4.749	3.946
Outros processos (d)	3.865	-
Total	107.941	130.162

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	81.159	113.340
Provisão trabalhista (b)	23.920	12.228
Provisão para processo CODESP	-	1.265
Provisão para processo FAP (c)	4.866	4.854
Outros processos (d)	5.347	1.805
Total	117.059	135.189

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	122.012	99.476
Processos trabalhistas (b)	5.760	5.235
Processo CODESP	-	1.265
Processo FAP (c)	3.730	2.926
Outros processos (d)	1.073	-
Outros depósitos judiciais (e)	33.328	29.770
Subtotal	167.670	140.763
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	23.759	-
Subtotal	23.759	-
Total	191.429	140.763

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	122.012	99.476
Processos trabalhistas (b)	6.571	5.640
Processo CODESP	-	1.265
Processo FAP (c)	4.672	3.594
Outros processos (d)	1.073	1.662
Outros depósitos judiciais (e)	38.220	39.581
Subtotal	174.315	152.913
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	23.759	-
Subtotal	23.759	-
Total	198.074	152.913

(a) Os provisionamentos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cas de arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e o valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$99.025 e R\$1.767, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRRF e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$22.987.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à decisão apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIAREX nº 371.1205 e 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem a lide.

A Companhia interpsu embargos de declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o embargos em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam repassados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de "êxito provável" até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quando ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez e não disponibilidade desses valores para a Companhia. Terminado o recurso do Poder Judiciário, a Companhia entrará com nova demanda, por entender que as justificativas não estão relacionadas ao mérito da solicitação.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Esse procedimento de reversão parcial gerou os seguintes efeitos: (i) baixa da Provisão CADE - Faturamento TRA em R\$79.977, do valor total de R\$161.136; (ii) acréscimo do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em R\$63.751 e do EBITDA no mesmo valor; e (iii) acréscimo do lucro líquido do exercício em R\$42.076. Os valores de acréscimo nas contas de lucro e do EBITDA estão liquidados da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$5.750, referente aos faturamentos retroativos para os quais a Administração prevê a necessidade de cobrança judicial, compondo os valores relacionados na nota explicativa nº 9.

(b) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.401, para os quais existem depósitos judiciais de R\$5.760; (ii) da controlada Nova Logística, provisionados no montante de R\$558, para os quais existem depósitos judiciais de R\$7; e (iii) da controlada Conconv, provisionados no montante de R\$6.961, para os quais existem depósitos judiciais de R\$804.

(c) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$3.730, e de suas controladas compostas de: (i) R\$880 - Nova Logística; (ii) R\$44 - Conconv; e (iii) R\$18 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Nova Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

(d) O provisionamento no montante de R\$4.347 refere-se, principalmente: (i) a ação de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de êxito possível, referente ao autô de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$2.000; e (ii) a Ação Regressiva da Seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositado no montante de R\$1.026.

(e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.234 e R\$7.748, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPFM sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.167; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Ingresso de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$12.053; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.441. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Nova Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, e a processos trabalhistas de R\$524, e (ii) controlada Conconv, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$300, e a bloqueios judiciais de R\$139.

(f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPar, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento. Em 31 de dezembro de 2013, esses depósitos representavam o montante de R\$23.759. O valor relacionado a esse montante está provisionado no passivo não circulante, na rubrica "Fornecedores".

Os processos referentes à controlada Nova Logística, mencionados no item (e), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Contas a receber de antigos acionistas - Nova Logística".

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2013
Processo CADE - multa	1.697	70	-	1.767
Processo CADE - faturamento TRA	113.340	47.810	(79.991)	81.159
Provisão trabalhista	9.914	2.155	4.332	16.401
Provisão para processo CODESP	1.265	43	(1.308)	-
Provisão FAP	3.946	843	(40)	4.749
Outros processos	3.865	-	-	3.865
Total	130.162	54.786	(77.007)	107.941

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2013
Processo CADE - multa	1.697	81	-	1.697
Processo CADE - faturamento TRA	92.965	20.390	(15)	113.340
Provisão trabalhista	10.827	1.467	(2.380)	9.914
Provisão para processo CODESP	1.047	218	-	1.265
Provisão FAP	2.243	2.050	(120)	3.946
Outros processos	108.698	23.979	(2.515)	130.162

(*) Referem-se a reversão de provisão, processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito. O montante de R\$8.443 de outras movimentações de provisão trabalhista está composto de: (i) R\$2.074 referentes a alterações de valor de contingências; (ii) R\$8.927 referentes a alterações de provisão de Alvará; e (iii) R\$2.558 referentes a baixas com pagamento de condenação.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível: (i) processos com valores mensurados no montante de R\$450.607; e (ii) processos que não têm valores de contingência mensurados pelos referidos assessores. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2013
Natureza da ação				
Aduaneira	1.433	1.232	12.963	15.628
Cível	23.044	2.428	(3.410)	22.062
Trabalhista	85.619	34.538	(63.711)	56.446
Tributária	384.411	26.409	(54.428)	356.392
Outras	2.120	2.050	(2.047)	2.123
Total	496.627	64.607	(110.621)	450.607

(*) Referem-se a processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito. Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anexo como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (Incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impuseram o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-JSP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizada e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remota pelos referidos assessores jurídicos. A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar.

19. Arrendamento - Consolidado

a) Arrendamento financeiro
A Companhia possui 13 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (leasing). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

	31/12/2013
Equipamentos de informática	998
Sistemas de processamento de dados	318
Total	1.316

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia desonhou juros no montante de R\$10, relativo a despesas financeiras. A apropriação da depreciação desses ativos terá início em janeiro de 2014. Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2013, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
	1.326	10	1.326

De um a três anos

b) Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

	2017 - término do contrato			Total
	2014	2015	2016	
Tecon Santos	30.525	30.525	30.525	180.607
Tecon Imbituba	2.616	2.616	2.616	42.720
Terminal de Carga Geral	165	165	165	2.553
Conconv	719	719	719	1.259
Nova Logística	249	-	-	249
Terminal de Veículos	3.124	3.124	3.124	56.492
Total	37.398	37.149	37.149	283.631

Períodos de vigência dos contratos

	Início do contrato	Término do contrato
Tecon Santos	Novembro/2007	Novembro/2022
Tecon Santos	Abril/2008	Abril/2033
Tecon Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Terminal de Carga Geral	Setembro/2003	Setembro/2018
Conconv	Junho/1991	Junho/2014
Nova Logística	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Contratos
Tecon Santos: Abril/2013 a Abril/2014
Tecon Imbituba: Julho/2013 a Julho/2014
Terminal de Veículos: Julho/2013 a Julho/2014
A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais, conforme segue. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2013 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M.

	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Contratos			
Tecon Santos (a)	14,79	-	-
Tecon Santos (b)	7,39	-	-
Tecon Imbituba (c)	69,73	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	-	2,17	-
Terminal de Carga Geral (e)	-	4,80	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	2,89	-
Conconv (g)	14,79	-	-
Conconv (h)	2,97	-	-
Conconv (i)	-	1,48	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	13,87

(a) Valor devido quando a movimentação excede o dobro da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até atingir três vezes a faixa mínima aplicável.
(b) Valor devido quando a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima aplicável.
(c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
(d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
(e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
(f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
(g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2013, os Programas em vigência eram os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício	Quantidade de unidades	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções de R\$/unidades	Quantidade de unidades exercidas	Quantidade de unidades vencidas/caducadas	Quantidade de unidades - saldo
2010/06 - Programa	20,7	231.493	20/10/07	20/10/09	10,7	34.200	197.293	-
2006		77.164	20/10/08	20/10/10		-	77.164	-
1º Lote anual		77.164	20/10/08	20/10/10		-	77.164	-
2º Lote anual		77.164	20/10/09	20/10/11		34.200	42.965	-
3º Lote anual		77.164	20/10/09	20/10/11		-	42.965	-
13/08/07 - Programa								
2007	25,67	342.572			12,02	-	342.572	-
1º Lote anual		114.191	13/08/08	13/08/10		-	114.191	-
2º Lote anual		114.191	13/08/09	13/08/11		-	114.191	-
3º Lote anual		114.190	13/08/10	13/08/12		-	114.190	-
28/02/08 - Programa								
2008	22,23	456.331			10,22	188.507	267.824	-
1º Lote anual		152.110	28/02/09	28/02/11		-	152.110	-
2º Lote anual		152.110	28/02/10	28/02/12		108.749	43.361	-
3º Lote anual		152.111	28/02/11	28/02/13		79.758	72.353	-
28/02/08 - Programa Complementar								
2008	22,23	1.115.760			7,17	-	1.115.760	-
Lote anual		1.115.760	Sem carência	28/02/11		-	1.115.760	-
27/01/09 - Programa								
2009	6,59	1.170.153			3,64	1.132.089	38.064	-
1º Lote anual		390.051	27/01/10	27/01/12		377.629	12.422	-
2º Lote anual		390.051	27/01/11	27/01/13		378.809	11.242	-
3º Lote anual		390.051	27/01/12	27/01/14		375.651	14.400	-
08/03/10 - Programa								
2010	15,35	605.201			6,77	422.537	182.664	155.952
1º Lote anual		201.734	09/03/11	09/03/13		194.436	7.298	-
2º Lote anual		201.734	09/03/12	09/03/14		136.633	65.119	-
3º Lote anual		201.733	09/03/13	09/03/15		91.468	11.215	98.872
19/04/11 - Programa								
2011	21,71	535.279			9,12	198.003	15.913	321.363
1º Lote anual		178.426	01/02/12	01/02/14		118.812	4.329	55.285
2º Lote anual		178.426	01/02/13	01/02/15		79.191	4.329	94.906
3º Lote anual		178.427	01/02/14	01/02/16		-	7.255	171.172
31/01/12 - Programa								
2012	23,19	849.476			6,48	86.685	13.797	748.994
1º Lote anual		283.159	01/02/13	01/02/15		86.685	993	195.481
2º Lote anual		283.159	01/02/14	01/02/16		-	6.403	276.756
3º Lote anual		283.158	01/02/15	01/02/17		-	6.401	276.757
31/01/13 - Programa								
2013	27,35	590.980			7,54	-	-	590.980
1º Lote anual		196.993	01/02/14	01/02/16		-	-	196.993
2º Lote anual		196.993	01/02/15	01/02/17		-	-	196.993
3º Lote anual		196.994	01/02/16	01/02/18		-	-	196.994

Total das opções outorgadas 5.897.245 2.062.021 2.017.935 1.817.289

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor percentagem legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de validade reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$5.928 (R\$5.498 em 31 de dezembro de 2012), conforme nota explicativa nº 20.a).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2013, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,35%.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Lucro antes da tributação	341.084	349.219	363.835	381.252
Exclusão de equivalência patrimonial (32.892)	(32.892)	(57.363)	-	-
Lucro antes da tributação ajustado	308.192	291.856	363.835	381.252
I - Valor base - IRPJ e CSLL	104.761	99.207	123.680	129.601
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	73.966	70.045	87.320	91.500
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	30.795	29.162	36.360	38.101
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	(17.070)	(18.970)	(16.440)	(18.209)
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	1.471	1.767	1.471	1.767
Plano de opção de compra de ações	1.971	1.803	2.016	1.869
Outras	2.759	2.595	3.344	3.290
Exclusões permanentes:				
Juros sobre o capital próprio pagos	(23.271)	(25.135)	(23.271)	(25.135)
II - Efeitos dos incentivos fiscais:	(1.667)	(1.659)	(1.927)	(1.659)
Incentivos fiscais:	(1.667)	(1.659)	(1.927)	(1.659)
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	86.024	78.578	105.313	109.733
Alíquota efetiva	27,9%	26,9%	28,9%	28,8%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	3.389	805
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	3.389	977
Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	(172)
VI - Ajustes extraordinários:	-	429	73	502
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	429	73	502
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	86.024	79.007	108.775	111.040
IRPJ e CSLL - correntes	74.323	54.569	96.626	82.630
IRPJ e CSLL - diferidos	11.701	24.438	12.149	28.410
Total	86.024	79.007	108.775	111.040

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para esse reconhecimento.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora 31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo (passivo)				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	13.706	4.934
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	29.604	10.657	32.540	11.715
Outras provisões	18.393	6.622	8.040	2.895
Efeitos do RTT:				
Amortização do ágio	(34.739)	(12.506)	(37.320)	(13.435)
Depreciação	(51.508)	(18.543)	(45.549)	(16.398)
Outros	26	9	(173)	268
Total	35.888	(12,813)	(26,046)	(9,325)
Passivo				
Ativo	188	68	135	48
Passivo	(35.776)	(12,881)	(26,181)	(9,423)

31 de dezembro de 2013, foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicáveis à Companhia e às suas controladas. Os passivos fiscais diferidos são sempre reconhecidos para a Companhia e todas as controladas.

27. Lucro por Ação

a) Lucro básico por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido	174.207	80.853	255.060	184.808
Média ponderada das ações	454.174	210.792	664.966	453.739
Resultado por ação básico	0,38357	0,38357	0,40730	0,40730
Resultado por unidades básico	1,91784	1,91784	2,03650	2,03650

b) Lucro diluído por ação

Sobre o lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido	174.207	80.853	255.060	184.808
Média ponderada das ações	454.174	210.792	664.966	453.739
Efeitos de potenciais de subscrição de opções de ações	915	3.660	4.575	745
Resultado por ação diluído	0,38095	0,38095	0,40503	0,40503
Resultado por unidades diluído	1,90474	1,90474	2,02513	2,02513

28. Passivos Atuariais - Benefício Pós-Emprego

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora e Consolidado 31/12/2013		31/12/2012	
	Valor (em R\$)	% a.a.	Valor (em R\$)	% a.a.
Taxa de desconto financeiro	6,6%	a.a.	6,0%	a.a.
Taxa inicial de crescimento dos custos médicos	6,61%	a.a.	6,61%	a.a.
Ano em que a taxa final é atingida	2064		2062	

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados nos exercícios de 2013 e 2012, os quais contêm os valores de despesas projetadas para os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora 31/12/2013		31/12/2012	
	Valor (em R\$)	% a.a.	Valor (em R\$)	% a.a.
Valor presente das obrigações atuariais	1.567	5,341	7.941	4,698
Perdas atuariais calculadas	9.508	4,698	9.508	10,039
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	11.075	5,039	17.449	9,737

Controladora e Consolidado 31/12/2013 31/12/2012

29. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando ocorridos.

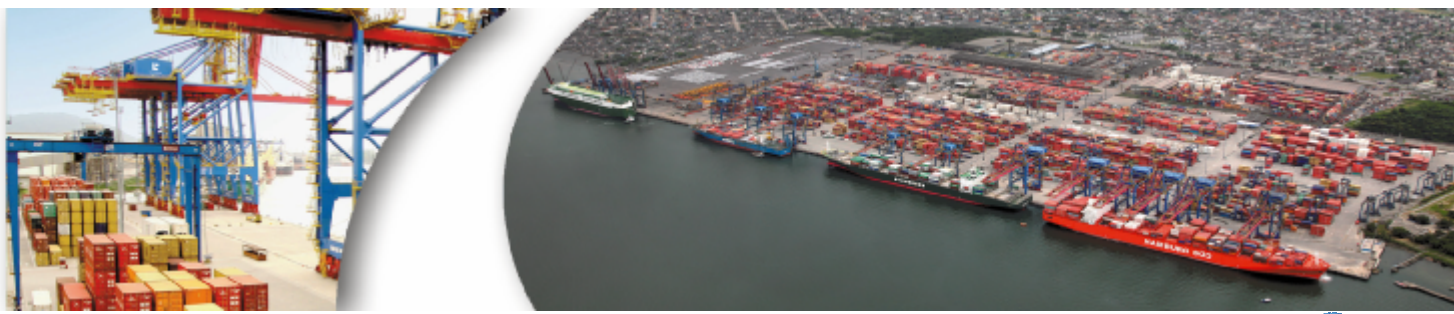
a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e saldo em bancos	106.095	5.963	21.482	9.972
Contas a receber	104.055	100.809	139.935	134.799
Precatórios a receber	-	-	4.053	3.839
Total	120.902	106.772	165.470	148.610
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	90.478	68.679	101.505	126.472
Swap - BTG Pactual 2014	2.100	-	2.297	-
Swap - Credit Suisse	566	2.849	566	2.849
Swap - Itaú 2013	445	84	511	88
Swap - Itaú 2014	93.589	71.612	104.879	129.409
Passivo:				
Valor justo por meio do resultado:				
Swap - BTG Pactual 2013	-	57	-	68
Outros passivos financeiros	-	-	-	68
Mensurados pelo custo amortizado:				
Debêntures	-	33.671	-	33.671
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	74.004	104.979	84.899	111.470
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	21.222	10.485



SANTOS BRASIL



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nova Logística, Responsabilidade civil, Bens móveis e imóveis, etc. Includes details for RCF, Seguro RCF, and Terminal de Veículos.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Table titled 'Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2013'. Columns include Contas, Terminals, Logística, Veículos, Institucional, Eliminações, Consolidado.

31. Comprometimento de Capital: Em 31 de dezembro de 2013, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no valor de R\$2.679 (R\$2.139 em 31 de dezembro de 2012), as quais não estavam contabilizadas nessas demonstrações contábeis...

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2012. Table with columns: Contas, Terminals, Logística, Veículos, Institucional, Eliminações, Consolidado.

33. Outras Informações: A Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais.

Conselho de Administração

Table listing members of the Board of Administration: Carlos Geraldo Langoni (Presidente), Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim, Alcides Lopes Tápias (Independente), etc.

Table listing suplentes (alternates) for the Board of Administration.

Table listing members of the Board of Directors: Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, Washington Cristóvão Kato, Caio Marcelo Morel Correa, Mauro Santos Salgado.

Table listing members of the Fiscal Council: Gilberto Braga (Presidente), Leonardo Guimarães Pinto, Antonio Carlos Pinto de Azeredo, Axel Erhard Brod.

Table listing suplentes for the Fiscal Council: Marcello Martins Rodrigues, Helder Jorge dos Santos Pereira Junior, Mauro Ormeu Cardoso Amorelli, Alexandre Luiz Oliveira de Toledo.

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e a proposta da administração para a destinação do resultado...

Table listing members of the Fiscal Council: Gilberto Braga (Presidente), Antonio Carlos Pinto de Azeredo, Axel Erhard Brod, Leonardo Guimarães Pinto.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Acionistas da Santos Brasil Participações S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data...

